

TENDÊNCIAS DO JORNALISMO IMPRESSO (*)

FERNANDO CORTES MUZZI

O tema central da V Semana de Estudos de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da U. S. P. foi muito bem sugerido, pois, com efeito, vivemos, nesta época, uma fase de transição em que o novo jornalismo ainda não se afirmou, mas está aí à procura de definição e objetivos mais definidos capazes de caracterizá-lo com mais rigor e, principalmente, que permitam o estabelecimento dos requisitos para o seu exercício.

Nesta comunicação ao Grupo de Trabalho do subtema "Tendências do Jornalismo Impresso", não pretendemos apresentar teses acabadas, mas submeter ao debate algumas colocações que talvez despertem o grupo e o plenário da V Semana e os levem a ampliar o debate e, talvez, a aprovar as conclusões que oferecemos. Visando, assim, a provocar o debate, fixamos em três pontos os aspectos a considerar:

1. o jornalismo interpretativo como fórmula de afirmação do meio impresso na era da oralidade mecânica, mas, dependente, para seu aperfeiçoamento e realização, do reconhecimento do direito à informação e do livre acesso às fontes de informação;

(*) Trabalho apresentado à V Semana de Estudos de Jornalismo, promovida pela Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, de 14 a 18 de maio de 1973.

2. o jornal como instrumento de prestação de serviço, tornando-se, principalmente nas grandes concentrações urbanas, indispensáveis à orientação do homem;
3. o jornal como recurso didático, utilizado cada vez mais, pelas escolas de 1.º e 2.º graus, no ensino de “Comunicação e Expressão”, o que pode despertar na criança o hábito de sua leitura e proporcionar, a médio e longo prazos, a ampliação das tiragens.

I — Do panfleto à interpretação

No artigo “A comunicação de massa e o direito à informação” (*Cadernos de Jornalismo e Comunicação* n.º 39, Ed. JB), R. A. Amaral Vieira destaca:

- A imprensa, no seu conceito clássico, foi concebida como instrumento, jornal, destinado à manifestação de opinião. Hoje, ao lado da simples exteriorização gráfica do pensamento, cumpre ver essa manifestação qual elemento de formação da opinião. Por outro lado, mercê de todo o desenvolvimento tecnológico alcançado pelo século, a informação tornou-se um dos mais eficazes instrumentos de formação de opinião, suscitando mais um problema contemporâneo: a liberdade de informação ou o direito subjetivo de todo cidadão à informação.

A concepção inicial do jornal, basicamente opinativo, ou panfletário, político, persuasivo, levou a imprensa a ser tida como quarto poder, tamanha sua influência, conforme Juarez Bahia (*Jornalismo, Informação, Comunicação*, Martins, 1971, pág. 47):

- A imprensa, no século XIX, era típica do exercício do poder, da influência e do prestígio, preocupada com os conceitos preestabelecidos, com as formas resultantes de projeções passadas e, em decorrência, pouco ou nada atenta aos fatos novos.

À fase panfletária sucedem-se o período da reportagem comentada e, agora, o chamado novo jornalismo, de tal sorte que Juarez Bahia (*op. cit.*) divide em três idades principais as tendências de especialização jornalística:

- a) na primeira fase do jornal, de 1808 a 1880, o material impresso era principalmente a *crônica* de costumes e o *ensaio* político e literário — em lugar da reportagem e o *comentário* em lugar da notícia;
- b) na segunda fase, até 1930, a reportagem substituiu a crônica e o ensaio e a notícia começa a predominar sobre o comentário, já a informação substituindo a opinião;
- c) a partir de 1930, a terceira fase, que “se revitaliza com o *novo* jornalismo, a partir de 1950, por via de transformações na sociedade e na empresa, afetando a organização dos meios de comunicação de massa, todo um elenco de especializações passa a identificar as atividades do sistema de informação”.

Esta terceira fase, marcada pelos novos instrumentos tecnológicos, se ampliou as possibilidades de o jornal oferecer mais informações em menor tempo, sendo, no Brasil, a partir de 1950, influenciada pela Televisão, mais do que antes pelo rádio, a forma de apresentação das matérias jornalísticas não chega a caracterizar perfeitamente o jornalismo novo desta década.

A reação do jornal ao rádio e à televisão, embora iniciada nos anos 50, com a notícia mais aprofundada, angular, somente agora começa a afirmar-se a ponto de elevar-se a explicação e a interpretação a gênero jornalístico, ao lado dos gêneros informativo, opinativo e diversional. O jornalismo interpretativo, hoje, é um resultado formal típico da articulação, na página impressa, dos códigos lingüístico e icônico que, juntos, estruturam a mensagem jornalística.

É, ainda, evolução das primeiras reformas da imprensa brasileira — a do *Jornal do Brasil*, *Última Hora* e *Flan, Correio da Manhã* e, antes, do *Diário Carioca*, inspiradas por Amílcar de Castro, Reynaldo Jardim, Samuel Weiner e Jânio de Freitas. Essas reformas baseavam-se em linhas gráficas, quando, a rigor, descobriu-se no Brasil a diagramação, através da importação de alguns profissionais argentinos. Mais persistente, a reforma do *Jornal do Brasil*, que lançou todo um estilo de *leads*, *sub-leads* e copidescagem, buscando a padronização dos textos e a informação direta, “objetiva”, para o que partiu da premissa de ser o leitor urbano um superapressado que se satisfaz com as informações dos títulos e dos *leads*.

Os jornais desta linha não deixaram de oferecer algumas vezes angulações sugestivas, principalmente da linha “humana” e muitas reportagens excelentes têm sido publicadas, não apenas nos cadernos especiais mas, mesmo no dia-a-dia, com vários prêmios de jornalismo atribuídos ao *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, p. ex. Mas, o que pretendemos colocar é que esses jornais são

fundamentalmente informativos, enquanto o que nos parece tendência desta década é a adoção como norma do gênero interpretativo e como exceção o simplesmente informativo.

Em janeiro de 1969, o número 18 dos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação* do *Jornal do Brasil* publicou excelente artigo do prof. Gaudêncio Torquato, que, então, sugeria aos jornais algumas medidas visando ao aprofundamento das notícias para que estas oferecessem maior dosagem de informação:

- 1 — partir para o noticiário de profundidade ou para a reportagem interpretativa;
- 2 — partir para a exploração de grandes temas sobre os grandes problemas das comunidades;
- 3 — partir para um estilo editorial onde se possa apresentar o fato, a informação *pesada*, as estatísticas, massa de informações, de uma maneira leve, agradável, atraente, legível, dinâmica, literária até, para que se possa sair da objetividade maçante dos *leads* e das entrevistas;
- 4 — partir para a descoberta de uma paginação arejada, aberta, onde a força da fotografia entre como elemento catalisador de público.

Assim expostas as bases do jornalismo interpretativo, o prof. Gaudêncio Torquato foi mais longe em seu artigo, oferecendo algumas sugestões:

- 1 — selecionar grandes temas da atualidade e levantá-los em séries de grandes reportagens;
- 2 — organizar uma boa equipe de repórteres-pesquisadores, se possível com especialização para cada um;
- 3 — organizar um grande Departamento de Pesquisa e Documentação, ao lado de uma biblioteca de livros atuais; o Departamento de Pesquisa deve conter todas as informações atuais ou históricas sobre os grandes temas da atualidade, pessoas, países, sistemas políticos etc.;
- 4 — adotar uma linha geral de reportagens, deixando o fato puro dentro de um contexto global;
- 5 — descobrir, para cada reportagem ou notícia aprofundada, novos métodos de estilo jornalístico; deve tentar-se acabar com os *leads*-resumos, diretos, principais obstáculos à continuação da leitura;
- 6 — se possível, extinguir o corpo de *copydesks*, a fim de deixar os repórteres mais livres;

- 7 — descobrir novas paginações. Aproximar as aparências do jornal às da revista;
- 8 — evitar o estilo pesado, mesmo na reportagem econômica etc.

A fase dos *leads*, da pirâmide invertida, que dominou o jornalismo impresso a partir dos anos 50 e transformou o clássico de Fraser Bond em livro de cabeceira do repórter, está sendo substituída por uma fase bem mais rica — a do jornalismo interpretativo pesquisado, estudado, buscado conscientemente. O professor Juarez Bahia, embora não tenha acrescido à sua classificação a quarta fase que ora propomos, tem sido um mestre do jornalismo interpretativo através de suas séries no *Jornal do Brasil*, sempre levantando grandes temas do interesse direto do homem da sociedade de consumo.

Caracterizados como jornais tipicamente interpretativos, o *Jornal da Tarde*, *Opinião* e, agora, *O Jornal*, além, evidente, de outros semanários, não citados por adotarem linhas de especialização. Esses jornais estão, parece, revistizados, pois, buscaram inspiração básica nas revistas de texto, das quais, no Brasil, *Veja* é um exemplo da dificuldade do gênero a que se propôs e da tenacidade de seus profissionais, que enfrentaram fases bastante difíceis a partir da primeira decepção de Mino Carta diante do número 1 da revista, conforme seu depoimento no caderno especial do quarto aniversário, pág. 12:

— Quando esse número começou a sair das máquinas e quando eu comecei a ver o primeiro caderno, fui tomado de uma profunda sensação de pânico. Porque aí ficou claro que estava tudo errado. Mas, olha, não digo isso hoje, entende? Com rigorosa honestidade. Por um jogo de circunstâncias, eu sempre fiz coisas que não existiam antes. Quando saiu o primeiro número de *Quatro Rodas*, eu percebi com rigorosa clareza que a revista podia ser melhor, mas era basicamente aquilo mesmo. Quando saiu a “Edição de Esportes” (de *O Estado de São Paulo*), a mesma coisa. Podia ser melhor e tal, mas era só isso. Depois, o *Jornal da Tarde*, a mesma coisa, entende? Vi o primeiro número e disse, é isso. Agora, com *Veja*, eu disse, não é isto, entende? Não tem nada a ver com aquilo que é a coisa. E eu devo também confessar que naveguei na mais total escuridão por muito tempo.

No caso de *Veja*, o trabalho e a coragem de mudar as coisas se não devolveram à revista a tiragem espetacular do começo, deixaram esquecidos os tempos piores, pois, estabilizou-se e a escuridão foi

iluminada. Os jornais, de um modo geral, navegam hoje na mesma escuridão de Mino Carta depois de ver o número 1 da sua revista. Procuram a luz das soluções numa época marcada pela oralidade mecânica e pelas restrições das fontes de informação, que têm imposto às redações *releases* insípidos, às vezes não apurados pelos repórteres por conformismo e outras por ser impossível obter os dados completos.

Nessa escuridão, *O Jornal* vem aumentar a luminosidade iniciada pelo *Jornal da Tarde* e o jornalista Alberico Souza Cruz, seu editor, ex-Chefe da Sucursal de *Veja* em Belo Horizonte, declarou a *Veja* número 238 sobre seu jornal-revista:

— Quero um jornal analítico, um pouco intelectualizado, mas sem sofisticação.

O objetivo de *O Jornal*, se revela uma tendência do jornalismo impresso na sua luta contra a concorrência dos meios audiovisuais, traz preocupações a quem analisa o jornalismo interpretativo, pois, evidente, este pressupõe total conhecimento dos fatos e exige livre acesso às fontes de informação.

Opondo-se ao jornalismo opinativo e panfletário dos primeiros tempos, ampliando e aprofundando a notícia, o jornalismo interpretativo, na medida em que coloca o leitor a par de todas — todas mesmo — as causas e conseqüências do fato, o estará informando mais, e, assim, formando a opinião pública pelo conhecimento da verdade e não pelo proselitismo dos primeiros redatores.

Mas, para que isto aconteça, é indispensável o reconhecimento do direito à informação, não bastando o tradicional direito à liberdade de opinião e de expressão do pensamento que caracterizaram o jornalismo opinativo concebido pelo liberalismo, como sugere R. A. Amaral Vieira no artigo citado:

— O direito à informação, o acesso ao fato e à notícia, é, dessa forma, um direito a ser conquistado tanto quanto o foram os direitos à liberdade de imprensa e de opinião. E não haverá quer liberdade de imprensa, quer liberdade de manifestação de opinião se não houver liberdade de acesso à informação. Na extensão em que o periodismo contemporâneo é um periodismo de informação, é fundamental sua garantia. Entre os direitos e garantias individuais, portanto, caberia incluir o direito à informação correta, posto que a verdadeira missão do periodismo seja oferecer aos cidadãos os meios de decidir (isto é, formar opinião) por eles mesmos.

Esse direito, sem o qual o jornalismo interpretativo será inviável, é da ordem dos direitos naturais do homem, como ministrou João XXIII na Encíclica *Pacem in Terris*, número 12:

- Todo o ser humano tem direito natural ao respeito de sua dignidade e à boa fama; direito à liberdade na pesquisa da verdade e, dentro dos limites da ordem moral e do bem comum, à liberdade na manifestação e difusão do pensamento, bem como no cultivo da arte. *Tem direito também à informação verídica sobre os acontecimentos públicos.* (grifo nosso)

Não basta, no entanto, o reconhecimento ora reivindicado do direito à informação e do livre acesso às fontes, com a correspondente exigência de responsabilidade, que deve, sempre, acompanhar o exercício das liberdades.

Não basta porque de nada mais adiantaria abrir as fontes e os dados a profissionais mal preparados. Já em 1969, no artigo citado, o prof. Gaudêncio Torquato, entre as sugestões que apresentava, aconselhava:

- organizar uma boa equipe de repórteres-pesquisadores, se possível com especialização para cada um,

o que significa profissionais convenientemente formados. No Brasil, ainda não é regra encontrar profissionais em condições de redigir textos realmente interpretativos, analíticos das causas e das consequências dos fatos. Na América e Europa, onde as Escolas de Jornalismo e Comunicação têm maior experiência, os profissionais, como rotina, realizam estudos de pós-graduação, especializando-se nas diferentes áreas de interesse dos jornais e seus leitores, transformando-se em *experts*, o que permite a publicação de matérias interpretativas no rigor desejado ao gênero.

Aqui, este gênero aparece como tendência principal do jornalismo impresso, primeiro como reação aos canais audiovisuais, que, dando a notícia informativa primeiro, obrigaram os veículos impressos a reelaborar formas. Mas, a reformulação dos jornais buscando exemplo nas revistas de informação está revistizando o jornal e substituindo o volume de informações que só um profissional especializado poderia manipular por um texto elaborado, quase literário, prejudicando a informação pela forma. Não se condena, aqui, a reformulação gráfica, nem a liberdade de criação ao repórter, elogiável quando substitui a frieza da copidescagem e funciona como estímulo ao leitor, cansado da padronização. Reclama-se, isto sim, um jornalismo interpretativo consciente e honesto, que não receba este

rótulo em função do texto elaborado e da forma gráfica mais agradável, mas por atender ao objetivo de analisar os fatos, manipulando todas as informações com conhecimento dos dados, das causas e conseqüências, o que exige:

- a) o reconhecimento do direito à informação;
- b) livre acesso às fontes de informação;
- c) domínio da área a que se referir o assunto, sem o que não haverá condições de analisar as causas e conseqüências, o que leva necessariamente à especialização;
- d) responsabilidade.

O que se faz no Brasil em jornalismo impresso, se merece alguns reparos, tem o grande mérito de revelar uma preocupação de aperfeiçoamento da mensagem e, sendo esta uma fase de transição, o amplo debate entre profissionais e professores das Escolas de Comunicação talvez conduza o jornalismo a seus melhores objetivos.

As dúvidas e incertezas são resultado da rapidez da mudança, um processo de apenas 20 anos. A temática dos jornais mudou com o progresso social e é cada vez maior a variação de assuntos consumidos pelo homem, o que conduz também à especialização dos jornais, ampliando a imprensa comunitária e empresarial, pois, é evidente, o chamado grande jornal não tem espaço para notícias que atinjam faixas menores do público.

Só a pesquisa, o ensaio e a aplicação das conclusões, com o correspondente *feed-back*, mostrarão a solução definitiva, capaz de iluminar totalmente a meia escuridão de hoje, que estende sua sombra também às Escolas de Comunicação, que na verdade ainda não cumpriram fielmente sua missão e por isso não adquiriram o respeito dos veículos, que muitas vezes não encontram nos bacharéis os melhores substitutos para os antigos e muitas vezes talentosos profissionais sem diploma.

II — Prestação de serviços

Nos últimos anos, firmou-se esta tendência do jornalismo impresso, visando principalmente a atender o homem das grandes concentrações urbanas, distanciado dos detalhes dos fatos do seu interesse.

Objeto, ou vítima, da avalanche de notícias do rádio e da televisão, recebia, no entanto, a informação superficial, carente de complemento pelo jornal em matérias mais detalhadas, em reportagens

interpretativas, analíticas, tratamento só merecido pelos grandes temas.

Outros assuntos do interesse imediato do homem começaram a ganhar tratamento especial, substituindo nos jornais os espaços anteriormente utilizados para ensaios, reportagem comentada, opinião e os fatos econômicos ligados ao processo de desenvolvimento, além de abrir novas frentes para os editores de pauta, transformaram o jornal em veículo de prestação de serviços.

As edições especiais sobre o Imposto de Renda e os incentivos fiscais, o tratamento dado ao assunto por todos os meios impressos, no mês de março, o volume de informações sobre exame vestibular, os cadernos de turismo e automóveis, a nova dimensão da cobertura de carnaval, as informações sobre alteração de tráfego, vacinação etc., revelam esta tendência de grande alcance social — do jornal como veículo de prestação de serviços, que deslocou do Departamento de Publicidade para a redação os assuntos de interesse coletivo.

O tratamento dado a essas matérias, além de informar detalhadamente, educa e forma a opinião pública, embora possa provocar disfunções, como aconteceu com o aprofundamento da cobertura do carnaval carioca, que mudou a opinião popular, sofisticou as escolas de samba, profissionalizou sambistas, transformando um componente da cultura popular em objeto da indústria do turismo. (Vg. *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, Ed. JB, n.º 40.)

Esta tendência do jornalismo impresso revela um novo tipo de tratamento do próprio leitor que, nos tempos do jornalismo panfletário, opinativo, era objeto do interesse pessoal dos editores e redatores preocupados em manipular o público e, agora, transforma-se em sujeito do direito à informação. Assim, o jornal presta-lhe serviço, orientando-o sobre o Imposto de Renda, os incentivos fiscais, o vestibular, as viagens de recreio, a inversão de mão de direção, as condições de tráfego urbano e das estradas, assuntos que antigamente só apareciam publicados em forma de *edútais* e *notas oficiais* pagas.

O aprimoramento desta tendência elevará o prestígio dos jornais com os leitores, que terão no seu jornal o assessor e o conselheiro do dia-a-dia.

III — Veículo didático

O uso crescente do jornal como instrumento pedagógico não é propriamente uma tendência do jornalismo impresso, pois não depende dos editores, mas da própria condição da sociedade atual. É, mais, conseqüência do jornalismo que se faz hoje, pois, as matérias de jornal podem ser usadas como fonte de pesquisa, em quase igualdade com as revistas, tradicionalmente usadas, e pelo pragmatismo que

orienta a reforma educacional, além de servir como motivação numa época em que a Comunicação é moda.

Preocupa, de certa forma, o uso generalizado do jornal na sala de aula. Não pelo contato com o texto de atualidade, carregado de apelos para o jovem ginásiano que na véspera ouviu a informação no rádio ou na TV, evidentemente mais estimulante estudar português sobre um texto de Armando Nogueira sobre o jogo do domingo, mas pelo perigo do autodidatismo em matéria de Comunicação. Refiro-me, neste ponto, à disciplina Comunicação e Expressão, novo nome para a nova dimensão do estudo da língua — instrumento de comunicação. Ao criar o hábito da leitura de jornal, a prática poderá influir, a médio e longo prazos, até no aumento da tiragem dos nossos jornais, mas, os programas colegiais incluem o estudo do próprio processo científico da Comunicação, em geral, e das técnicas de jornalismo, em especial, ministrados por professores sem formação específica, o que deve ser examinado pelos profissionais e Escolas de Comunicação, sendo aconselhável, talvez, que se exija dos atuais professores (antigos mestres de português) cursos em nível de extensão universitária que poderiam ser ministrados pelas Escolas reconhecidas e, dos futuros licenciados em Faculdades de Filosofia, o estudo regular das disciplinas fundamentais do Curso de Comunicação.